



DL-01

Ses. Esp. 30/09/11

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, que visa discutir a questão dos campos marginais de petróleo e gás natural, proposta por mim.

Convido para compor a Mesa o deputado federal Daniel Almeida, presidente do Partido Comunista do Brasil; o diretor geral da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima; o superintendente de desenvolvimento e produção da ANP Paulo Alexandre da Silva; o presidente da Appom – Associação das Empresas de Petróleo e Gás Natural Extraídos de Campos Marginais do Brasil, Normando Paes; o diretor executivo da Appom Anabal Santos Júnior; o secretário executivo da ABPIP – Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás, Paulo Buarque Guimarães; o secretário executivo da RedePetro Geraldo Queiroz; e o professor de economia do petróleo do Instituto de Geociências da UFBA Doneivan Ferreira. (Palmas)



1951-I

Ses. Esp. 30/09/11

Or. Álvaro Gomes

Campos Marginais de Petróleo e Gás Natural.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Na condição de proponente da presente sessão, farei algumas considerações iniciais. Posteriormente, passarei a palavra aos demais oradores.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Saúdo o diretor geral da ANP, o ex-deputado federal Haroldo Lima, que, hoje, faz um brilhante trabalho na Agência Nacional do Petróleo, reconhecido por toda a sociedade. Todos conhecem o trabalho de Haroldo Lima na condição de deputado federal e de militante político e, agora, como diretor geral da Agência Nacional do Petróleo. Saúdo também o deputado federal Daniel Almeida que também tem se dedicado e estudado muito sobre essa questão. Ele tem tido uma participação muito grande no Congresso Nacional na legislação que diz respeito à Petrobras e aos campos marginais. Saúdo ainda o superintendente de desenvolvimento e produção da ANP Paulo Alexandre da Silva; o presidente da Appom Normando Paes; o diretor executivo da Appom Anabal Santos Júnior; o secretário executivo da ABPIP Paulo Buarque Guimarães; o secretário executivo da RedePetro Geraldo Queiroz; o professor de economia Doneivan Ferreira; o professor Paulo da FTC e as demais personalidades e lideranças que participam desta sessão especial para discutir a questão dos campos marginais.

(Lê) “Com esta sessão especial, a Assembleia Legislativa da Bahia dá sua contribuição para um debate novo e de grande importância: a exploração dos chamados campos marginais de petróleo e gás natural por pequenas e médias empresas brasileiras.

Momento oportuno, à medida que tramita no Congresso Nacional o projeto de lei sobre o tema, que recebeu várias emendas para a revitalização desses campos por pequenas e médias empresas. Muitas foram aprovadas pela Câmara dos Deputados na proposta da legislação para a exploração do pré-sal.

Trata-se de campos maduros, de pequena reserva e produção e, portanto, de interesse marginal para as grandes companhias de petróleo como a Petrobras.



Por ser um tema nova, colocado em pauta pela ANP (Agenda Nacional de Petróleo), esta produzindo algumas polêmicas.

Dizem, por exemplo, que as atividades da Petrobras ficariam restritas a exploração e produção de petróleo e gás no mar, e que isso, conseqüentemente, finalizaria a exploração e produção em terra. Especula-se também que a Petrobras entregaria a exploração terrestre iniciativa privada, prejudicando as economias das regiões Norte e Nordeste com perda de investimentos e de postos de trabalho.

Essas teses são rechaçadas pela ANP — Agenda Nacional de Petróleo, que vem incentivando a criação de pequenas e médias empresas brasileiras de petróleo, a exemplo do que acontece em outros países.

A Agência, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética, já realizou duas rodadas de licitações de áreas com acumulações marginais de petróleo e gás.

Vários estudos, seminários, publicações e palestras, feitos pela ANP, por iniciativas acadêmicas e por pequenas empresas, mostram que a reativação dos campos marginais traz numerosos benefícios para o Brasil. Quais sejam: investimentos, geração de novos postos de trabalho, incentivo à indústria brasileira fornecedora de bens e serviços, e apuração de tributos.

O diretor geral da ANP, Haroldo Lima, afirma que não procedem as críticas, segundo as quais a Petrobras se dedicaria exclusivamente à produção em mar e interromperia as atividades em terra, entregando a exploração dos campos terrestres à iniciativa privada. Muito menos de que as economias dos Estados das regiões Norte e Nordeste seriam prejudicadas com perda de investimentos e de postos de trabalho.

A Agência já realizou duas rodadas de licitações de áreas com acumulações marginais de petróleo e gás, o que resultou no surgimento, no Nordeste, de 37 novas empresas brasileiras, de pequeno ou media porte.

Haroldo Lima também apresenta dados de um estudo da ANP, de 2004, e enumera as benefícios da reativação dos campos marginais. Tais como: investimentos no País, geração de novos postos de trabalho, reativação da indústria brasileira de bens e serviços, apuração de tributos, entre outros.



Outro trabalho da ANP, “O Negócio Campo Marginal” (de outubro de 2005), reforça mais benefícios dessa atividade. Ou seja: contribuição para o desenvolvimento de áreas carentes no Nordeste brasileiro, incentivo ao desenvolvimento local de atividades industriais, e auxílio ao setor público regional em função do aumento da arrecadação de impostos e tributos.

A ANP revela que existem hoje no Brasil 206 campos terrestres. Desses, 53 têm 93,57% das reservas de petróleo em terra. Os 153 restantes possuem apenas 6,43% dessas reservas.

O conceito de campos marginais não se refere aos 93,57% das reservas em terra, e sim aos 6,43% delas. Ou seja, 0,6% das reservas provadas em terra e mar do Brasil.

Assim, campos marginais são aqueles que não acrescentam valores significativos ao portfólio de uma grande empresa como a Petrobras. Mas que pode ser de grande interesse para pequenas e médias empresas brasileiras.

Companhias independentes de petróleo desempenham papel importante no mundo, a exemplo de países como os Estados Unidos e Canadá. Na terra do presidente Barack Obama, elas somam algo em torno de 23 mil companhias, gerando quase 300 mil empregos diretos. No Canadá, essas companhias chegam a 2.270. ”

Seguramente, a escolha dos campos a serem desenvolvidos pela Petrobras e ANP será feita com critérios econômicos, de infraestrutura, de sinergia com os projetos já existentes da Petrobras, além de aspectos socioambientais locais.

Com o pré-sal sendo o interesse principal da Petrobras e do Estado brasileiro, os campos marginais poderão, perfeitamente, ser desenvolvidos com maior eficiência por pequenos e médios produtores.

A exploração desses campos por pequenas e médias empresas vai assegurar a interiorização de investimentos e de desenvolvimento tecnológico.

Assim, aumentará a oferta de emprego e distribuição de renda em regiões carentes, de fundamental importância para o projeto de governo da presidenta Dilma Rousseff.

Gostaria de finalizar salientando que é importante aprofundar esse debate, colocando os interesses maiores do País em primeiro lugar.



O nosso desenvolvimento econômico pode ser alavancado com a força das pequenas e médias empresas em todos os setores da economia”. Afinal, é bom ressaltar que as pequenas e médias são as maiores geradoras de emprego em nosso País.

Portanto, quero concluir dizendo que essa questão dos campos marginais tem uma importância muito grande para o desenvolvimento do nosso País e do nosso Estado da Bahia, porque estimula as pequenas e médias empresas, as maiores geradoras de emprego e, ao mesmo tempo, fortalece a Petrobras. Não é correta essa ideia de que, com os campos marginais, nós estaríamos em processo de privatização da Petrobras, muito pelo contrário. Nós defendemos enfaticamente a Petrobras como empresa estatal, estratégica para o desenvolvimento do nosso País. Mas é importante que aqueles campos marginais que não são explorados pela Petrobras sejam explorados por empresas da iniciativa privada para que aumente a produção de petróleo e gás, aumente o número de empregos e melhore a distribuição de renda em nosso País, no sentido de que possamos, efetivamente, ter uma sociedade cada vez mais justa, mais humana e com justiça social.

A questão dos campos marginais é fundamental e nós devemos dar a nossa contribuição aqui na Assembleia Legislativa para que no Congresso Nacional, cada vez mais, se aperfeiçoe a legislação que trata da questão dos campos marginais e da exploração do petróleo e gás em nosso País.

Eram essas as considerações iniciais que eu gostaria de fazer. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1952-I

Ses. Esp. 30/09/11

Or. Doneivan Ferreira

Campos Marginais de Petróleo e Gás Natural.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Doneivan Ferreira, professor de economia do petróleo do Instituto de Geociências da UFBa.

O Sr. DONEIVAN FERREIRA:- Bom-dia a todos. Gostaria de saudar a Mesa nas pessoas do diretor-geral Haroldo Lima e do deputado Álvaro Gomes. Vou fazer uma breve explicação acadêmica sobre o tema, definindo alguns conceitos e passando alguns dados do cenário.

Por que manter campos marginais produzindo?

Vou fazer uma abordagem sócio-econômica, e gostaria de iniciar dizendo que se existe um estado que deveria se preocupar com isso é o Estado da Bahia. E vamos ver um pouquinho sobre isso.

Quando falamos em campos marginais, podemos falar em definições técnicas e uma definição regulatória. Tecnicamente, campo marginal é aquele que está à margem da economicidade. Mas, na verdade, o que utilizamos aqui é uma definição regulatória. No Brasil, os campos marginais são aqueles que produzem menos de 500 barris por dia.

Darei um enfoque nesta apresentação ao petróleo, temos, também, a questão do gás natural; mas, para simplificar, falaremos simplesmente sobre o petróleo. Temos também, aí, uma diferença: estaremos lidando, nesta apresentação, com campos e poços. No Brasil lidamos com campos, um conjunto de poços no campo, e nos Estados Unidos, do que falaremos ainda, eles lidam especificamente com poços marginais.

Outra questão são as *majors*, as grandes empresas. Uma *major* é definida como uma grande empresa integrada, que trabalha com a exploração, produção, transporte, refino e distribuição, como a Petrobras, a Shell, a Chevron. E temos as independentes também, que podem ser pequenas, médias e grandes. No Brasil, temos a produção em campos marginais feita por empresas pequenas.



Este quadro mostra só uma ilustração do ciclo de vida do petróleo. Temos uma curva ascendente no início da produção. Logo depois do desenvolvimento de um campo, ela atinge um pico de produção e, é inevitável, começa a declinar, a decair. Geralmente, uma empresa de petróleo decide, em um certo momento, parar por não ser mais econômico, não ser mais estratégico, e essa concessão é retornada à agência.

O que é proposto aqui é que, nesse momento em que não se torna mais econômico para uma categoria de empresas, é que ela seja reconduzida à agência, posta nos leilões de licitações novamente e passado para empresas que possam operar de forma econômica, continuando e prolongando o impacto sócio-econômico nas áreas produtoras.

A importância desses poços marginais nos Estados Unidos, para se ter uma ideia, é um cenário completamente diferente do nosso. Nos Estados Unidos, um poço marginal é definido como aquele que produz menos de 10 e, em alguns lugares, menos de 15 barris por dia. Esses dados indicam que cresce a importância desses campos marginais à medida que a análise passa a ser coletiva. Então, em todos os Estados Unidos, temos cerca de 370 mil poços marginais que produzem 17% do petróleo doméstico americano.

O estado de Oklahoma, com uma forte atuação nessa área de poços marginais, tem 124 mil poços, sendo que 80 mil estão ativos, produzindo, e representam 65% da produção do estado, com 167 mil barris por dia.

Na Bahia, estamos entre 50 e 55. Então, é bem significativo. E quando fazemos a média disso tudo dá, mais ou menos, dois barris por poço. É muito pouco, mas existe uma compreensão do governo do Estado que isso tem uma importância muito grande não só para a indústria, como para toda a sociedade, e o governo tem um programa direcionado para manter esses poços ativos.

Existem alguns instrumentos, até de *royalties* negativos, como eles chamam, e subsídios, porque está provado por meio de modelos econômicos que o impacto dessa atividade na economia é muito grande.

Agora, sobre a importância dos produtores independentes no País.

São cerca de 5 mil produtores independentes nos Estados Unidos. Um típico pequeno produtor opera cerca 25 a 333 poços marginais mas são responsáveis por perfurar



cerca de 85% dos poços dos Estados Unidos. Eles produzem 66% do gás natural e 40% do óleo – o que dá, mais ou menos, cerca de 2.4 milhões de barris por dia. A nossa produção brasileira é de 2.1 ou 2.2 milhões de barris por dia. Gera cerca de 139 mil empregos. Fora isso, temos impostos, *royalties*, taxas e impostos que são pagos pelos funcionários e trabalhadores. Então há uma dinâmica econômica.

As principais preocupações dos pequenos produtores independentes nos Estados Unidos não são diferentes da nossa. Aliás, temos algumas outras. Mas lá é o preço do barril do petróleo, os custos operacionais e a oferta constante de áreas.

Essa oferta constante de áreas é uma coisa que estamos discutindo hoje e que é crítica para o setor. Uma pequena empresa de petróleo vai à licitação, consegue uma área e não espera se tornar maior no próximo ano, porque a produção é declinante. Ela espera se tornar menor, ela vai produzir menos. A oferta constante desses campos é um fator crítico para a consolidação desse mercado. Então cabe principalmente ao órgão regulador fornecer essas áreas para que esse ciclo continue, e o custo operacional hoje nos Estados Unidos para operar esses poços marginais é em torno de 8 a 24 dólares o barril.

Irei falar brevemente sobre um estudo que fizemos no município de Mata de São João, que pode ilustrar o que estamos falando em termos de potenciais e impactos em nosso estado.

O município de Mata de São João tem um cenário interessante porque existe apenas uma empresa operando. Ela é terceirizada e opera campos da Petrobras com contrato especial de terceirização, com cerca de 320 poços produzindo – não são todos nesse município, mas uma área –, mas, só para termos uma ideia geral, em média de 12 a 15 barris por dia.

No estudo que fizemos, para operação desses 320 poços produzindo essa média de 12 a 15 barris por dia, são necessárias a participação e interação de 182 empresas de serviços, 202 empresas de materiais e 14 empresas de equipamentos. É apenas uma empresa. Dividimos em 20 categorias diferentes de diversas empresas, desde as empresas de prestação de serviços, empresas de construção, manutenção de rodovias.



É importante lembrar também que essas empresas, muitas vezes, levam um serviço que, de outra forma, não chegaria a essas cidades, inclusive manutenção de boas estradas necessárias para o deslocamento e escoamento do óleo.

Nesse estudo que fizemos, orçamos um PIB equivalente para a indústria no município de 40% e basicamente a indústria nesse município é petróleo, o percentual de ISS de 18% . Isso também é bastante interessante porque naturalmente todos pensam em petróleo como sendo importante para o município garantir os seus *royalties*.

Os estudos que fizemos demonstram que alguns municípios chegam a produzir duas vezes em ISS o valor dos *royalties*. Então, mesmo que tivéssemos de manter a produção desses campos, desses poços, fosse necessária uma redução desses *royalties*, continuaria sendo positiva para a economia porque o valor da arrecadação municipal já indica isso.

Fora isso, esse modelo que estamos construindo, ainda está em fase de refinamento, ele indica que existe uma forte correlação dos investimentos dessas pequenas empresas para manter os poços produzindo. Na verdade, as pequenas empresas investem para lutar contra a curva de declínio. Esse investimento chega ao município de uma forma muito especial. Nós achamos essa correlação, desde o aumento da energia elétrica consumida residencial, a industrial, o número de emplacamentos no Detran, matrículas escolares, porque, de fato, esse dinheiro roda dentro da cidade.

E aí cabe também uma consideração, porque quando se tem um cenário de uma grande empresa num município pequeno como esse, geralmente o que acontece é o seguinte: a grande empresa instala um grande refeitório na empresa, traz um ônibus para trabalhar nesse refeitório de Salvador, o funcionário trabalha lá durante o dia, ele volta à noite, recebe o contracheque dele em Salvador e vai gastar aqui no *shopping*. O dinheiro não circula plenamente no município. Uma pequena empresa não pode se dar ao luxo de construir uma estrutura dessa. Ela tem que chegar no município e ver quem tem um pequeno restaurante e convencê-lo a investir naquele restaurante para que possa atender os seus funcionários. E nós fizemos pesquisas em vários negócios em Mata de São João, são três restaurantes que atestaram, falam: “Pelo menos entre 30, 40% do nosso faturamento vem dessa empresa.”.



Outras experiências interessantes de negócios informais na região que para poderem atender às demandas da empresa tiveram que ser formalizados. Tem o exemplo bem típico de um lavajato de uma pessoa ali perto da empresa que alguém da operadora contactou ele e falou assim: “Olha, eu tenho cerca de 30 carros, eles precisam ser lavados, mas eu preciso que esse negócio seja formalizado.”. Ele formalizou o negócio, passou a prestar serviço e contratou o serviço também de uma grande transportadora de caminhão que sempre passava por ali. Então, são pequenos exemplos que demonstram que o investimento da indústria do petróleo, dos pequenos produtores, dos independentes, acaba modificando a dinâmica da economia. A lógica da produção dos campos marginais, é que todos os campos, todos os poços, vão se tornar marginais um dia.

Toda produção doméstica entra na conta da autossuficiência. Mesmo sendo um pequeno percentual da produção total do país ela entra nessa conta. E toda produção doméstica beneficia algo que chamamos de segurança energética, que não é muito uma questão no Brasil porque é um país totalmente diferente dos outros. Estamos procurando saber o que fazer com as riquezas energéticas que estamos descobrindo. Mas, pelo bem da nação, essa segurança energética está sempre em pauta no governo e na sociedade. E toda a produção doméstica beneficia as economias locais e regionais.

Um fator que também não mencionei, então menciono aqui, é que essas pequenas empresas geram uma atividade em toda cadeia produtiva. E alguns fornecedores de serviços, de equipamentos, que não poderiam atender as grandes empresas passam a atender a essas pequenas empresas. Então, você amplia a cadeia produtiva do petróleo atingindo negócios de todas as formas.

Não importa quem opere esses campos, esses poços marginais, que seja a Petrobras, que sejam os produtores independentes, não importa. O que é importante é que esses poços não podem ficar parados. No Estado da Bahia, eles estão localizados em municípios de baixo IDH. Isso é uma fonte de recurso importantíssima para o desenvolvimento dessas regiões. E os nossos estudos indicam, de fato, esses fortes níveis de impacto socioeconômico em todos os cenários, sejam eles operados pela grande empresa, pelo pequeno produtor, sempre existe o impacto, por isso, a necessidade de certificar que



esses poços continuem operando. E a Bahia, principalmente, não deveria permitir que esses poços ficassem parados.

Hoje, os nossos estudos, fazendo cruzamento com os dados de poços produtores e daqueles que não estão produzindo atualmente, identificamos entre 1.500 e 1.600 poços produtores parados. Logicamente existem poços que pertencem a algum campo que está produzindo e por algum motivo está parado, mas em grande parte estamos falando de campos que estão subutilizados. Poderiam estar produzindo mais. Mas, pelo direcionamento estratégico da Petrobras, estão sendo subutilizados. Existem vários exemplos disso.

Gostaria de agradecer a oportunidade de apresentar esses dados. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



1953-I

Ses. Ord. 30/09/11

Or. Paulo Buarque Guimarães

Campos Marginais de Petróleo e Gás Natural.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Gostaria de registrar a presença de Jonas Fonseca, diretor do IBP, e inclusive chamá-lo para compor a Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Buarque Guimarães, secretário executivo da ABPIP.

O Sr. PAULO BUARQUE GUIMARÃES:- Bom-dia a todos! Quero cumprimentar o deputado pela iniciativa desta sessão, o deputado federal Daniel, o Dr. Haroldo e os demais membros da Mesa.

Vou abordar aqui um outro ponto que está relacionado com os pequenos produtores, um pouco além dos campos marginais.

(Procede-se à apresentação de um *datashow*.)

Lista dos Associados da ABPIP, Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás. Podem verificar que são 20, a maioria absoluta de empresas exclusivamente nacionais.

O professor Doneivan mencionou um problema que é vital para qualquer operador de petróleo: a oferta de ativos para trabalhar, porque todo campo entra em declínio, a produção entra em declínio. Então nós estamos sem oferta de campos marginais. A última rodada de campos marginais foi em 2005.

Mas também estamos sem oferta de blocos exploratórios. Não estão entrando novos blocos que podem se tornar ativos. A última rodada de licitações foi em 2008. Quero chamar a atenção que, para rodadas em terra, o período exploratório é de 3 anos e pode ser prorrogado por mais 2. E, se estamos desde 2008 sem rodada, acabaram os períodos exploratórios desses blocos. É dos períodos exploratórios que é feito o grosso dos investimentos da indústria de petróleo. É o período exploratório, o desenvolvimento, depois se arrecada imposto, essa coisa toda.



Mas o investimento é feito nessa fase. Então quem primeiro sofre com isso é a cadeia de fornecedores, principalmente os pequenos. Não estou muito a par da situação aqui na Bahia, mas no Rio Grande do Norte ela está muito ruim para os fornecedores que se montaram para atender essa indústria de petróleo dos pequenos operadores.

Deputado, esse é um problema muito importante também a ser acompanhado.

Isso é um gráfico da ANP mostrando que, não havendo rodada, as áreas de exploração vão caindo, porque a área é dada, o operador escolhe a parte em que vai ficar o campo dele e devolve o resto. Mas essas áreas estão permanentemente em diminuição. Vejam que é muito relacionado com aquela curva de diminuição de campo que o professor Doneivan mostrou.

Vou mostrar outro gráfico que também tem aquela mesma cara: isso era uma estimativa de uso de sondas pela Petrobras. Não tendo novos blocos exploratórios nem mais atividades, o uso de sonda cai.

O outro é a produção em terra. Se há reposição de áreas, novas áreas para explorar, a produção em terra no Brasil, nas bacias costeiras, está caindo. Têm que ser mantidas as rodadas.

Esse é um assunto que interessa diretamente à Bahia. Em 2006, durante a 8ª rodada de licitações - que foi interrompida por liminar, essas coisas, mas houve licitação -, 24 blocos foram arrematados por 13 operadores diferentes, inclusive a Petrobras.

E isso representaria um bônus de assinatura de quase 90 milhões. Mas o mais importante, porque esses contratos não são assinados, é que estão deixando de ser investidos, 611 milhões, que era o compromisso mínimo de investimentos desses operadores, isso numa região que é Tucano Sul, que praticamente não produz, tem uma produção totalmente marginal e é uma região muito carente do Estado, e a não-assinatura desses contratos – que são perfeitamente, lícitos a liminar já caiu, poderiam ser assinados a qualquer hora – está trazendo um impacto muito pernicioso aqui para o Estado da Bahia.

Então, temos dois problemas que afetam a Bahia, que é essa interrupção das rodadas, porque cai a atividade exploratória, cai a reposição de blocos, cai a produção, e esse problema, que é urgente, da resolução da assinatura desses contratos da oitava rodada.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Era isso que eu tinha que falar. Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1954-I

Ses. Esp. 30/09/11

Or. Anabal dos Santos Junior

Campos Marginais de Petróleo e Gás Natural.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao Sr. Anabal dos Santos Junior, diretor executivo da Apon.

O Sr. ANABAL DOS SANTOS JUNIOR:- Bom-dia. Cumprimento a Mesa e aproveito para agradecer a iniciativa do deputado Álvaro Gomes. É muito oportuno esse movimento aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, e conclamo que encampem essa discussão aqui porque poderemos ver os benefícios que estamos desperdiçando com esse apagão que estamos vivendo nessa área de campo marginais.

Quero também saudar o deputado Daniel Almeida pela sua contribuição no Congresso e a luta incessante do nosso Haroldo Lima, que dedicou grande parte da sua gestão na ANP a um assunto que, do ponto de vista numérico, é pequeno, mas com sua visão social percebeu a contribuição que isso poderia dar para o Estado e para o Brasil.

Já falaram aqui um pouco sobre essa questão, mas quero chamar a atenção: apesar de que a ANP ter regulado como limite máximo de produção 500 barris para um campo marginal, na verdade, estamos muito próximos daquele número que o professor Doneivan falou, de dez barris por dia, e dez barris por dia são uma caixa d'água de 1.500 litros. Então vocês vão dirimir comigo essa dúvida: por que a Petrobras briga tanto, com tanta energia, por algumas caixas d'água dessas de petróleo?

Em termos de reserva, são 10 milhões estimados ante aos 50 bilhões de reservas que o Brasil tem. Estamos falando de menos de meio por cento e, portanto, pouco atrativo. Os campos, na maioria deles, são localizados no Nordeste. A Bahia tem a metade: 152 campos, e com esses números de reserva, como me referi anteriormente.

E reforçando o que o professor Doneivan disse, todos esses campos estão localizados em municípios do último quartil do *ranking* de IDH do Brasil. Aqui na Bahia temos exemplos como esse, mas também queria aproveitar e conclamar para essa discussão os outros Estados do Nordeste que também são potenciais beneficiados por isso.



Então, deputado Álvaro Gomes, acho que, com sua articulação, é importante que o Nordeste esteja unido e sensibilizando o governo federal para a importância social desse projeto. Fizemos aqui também, na época em que eu era mestrando na Unifacs, um trabalho preliminar e muito grosseiro. O professor Doneivan estava aprofundando essa questão do impacto econômico.

Em 2002, a ANP fez um estudo indicando que esses campos, se fossem revitalizados, iriam gerar seis mil empregos diretos, e estimando-se na ordem de 500 milhões os investimentos. Essa é uma modelagem típica desse tipo de situação. Estabelecer algumas premissas, vejam que nesse estudo considerei o barril de petróleo a US\$ 50 dólares.

Há uma planilha *excel*, mas o importante é que, no final, vocês vão ver o resultado.

Isso aí, senhores, era um estudo grosseiro feito apenas 1 ano após a revitalização desses campos. Estaríamos gerando 1,6 bilhão, que seria dividido daquela maneira, com operadores, terceiros, superficiários. Vejam, em 1 ano haveria uma distribuição de R\$ 700 mil com o superficiário, que pagaria muitos salários a vaqueiro, a trabalhador braçal de fazenda. Geraríamos 230 milhões de impostos, distribuídos por aqueles entes; e 2 bilhões seriam o acumulados de divisas, por não estarmos importando petróleo.

Os senhores sabem que o petróleo baiano é de muita qualidade, e que o Brasil ainda importa, apesar de ser autossuficiente, petróleo para que a sua estrutura de refinaria possa funcionar.

Já há uma história, mas mostro isto aí para termos uma dimensão de quanto estamos desperdiçando recursos no momento em que todos os governantes dizem que não existe dinheiro para se aplicar nas obras. Na primeira rodada, estou falando de ofertas que foram desperdiçadas, as empresas bridaram. E de todas as que perderam, somei os lances, estamos falando de R\$ 250 milhões, a preço de 2005; em 2006, na segunda rodada, foram mais 100 milhões. Ou seja, estamos jogando fora 350 milhões de investimentos privados, de qualidade. Seriam recursos aplicados em infraestrutura local, microinfraestrutura, acesso, energia elétrica, mas não o são pelas circunstâncias que estamos vivendo hoje.

Também existe outra discussão, que trago aqui só para reforçar: por que uma empresa pequena vai ser mais eficiente do que uma grande? Por estas razões: no mundo



inteiro é assim; no Brasil foi assim. E quero saudar o geólogo José de Mococa, que cunhou a seguinte frase: “Dono de hipermercado não tem quitanda”. E essa é a prática de priorização de investimento de qualquer empresa bem gerida, isto é, você investe os seus recursos prioritariamente em projetos que dão mais retorno. Então, se eu fosse gestor da Petrobras, eu iria colocar 1 dólar no Pré-Sal ou na Bacia do Recôncavo.

É por isso que as empresas menores dão mais resultado. Às vezes elas têm um único projeto e aplicam tudo naquele que é o projeto dela.

Trago aqui a curva que se refere ao declínio da PetroRecôncavo. Antes daquele tracejado ali, esses campos estavam sob pressão da Petrobras. A PetroRecôncavo entrou em 2000, reverteu a curva de declínio e aumentou a produção. Esse é um fato concreto, não é sonho, e continua aumentando.

Atualmente, estamos em colapso, vivendo o que eu estou chamando de apagão na área de campos marginais. E assim as empresas estão parando sua produção, demitindo pessoas, desistindo de contratos.

Fiz uma análise disso e acho que esse colapso se deve à ausência de uma política do setor. Quero saudar aqui, mais uma vez, a energia que a ANP colocou nisso. Construimos, junto com o Ministério de Minas e Energia, IBP, ABPIP, enfim, com todos os entes que estavam interessados nesse assunto, uma política aprovada pelo CNPE.

Essa política é objeto de uma lei. O art. 65 dessa lei impõe que o Executivo tenha uma política para a pequena e média empresas e estabelece um prazo, que foi descumprido. O CNPE aprovou esse programa, está na Casa Civil para ser assinado há praticamente 4 meses.

A posição da Petrobras – é notória – é contrária, boicota. Não existe nenhum argumento técnico de gestão, de empreendedores e de negócio que justifique essa posição da Petrobras. Por fim, a omissão do Estado.

Essa é a lei a que me referi, e veja como o legislador, e quero saudar, mais uma vez aqui, o Congresso Nacional, porque o artigo seguinte regula, diz que o Poder Executivo regulamentará o dispositivo da lei. E justamente acima ele impõe um prazo pela urgência da



matéria, um prazo máximo de 120 dias, senhores, que se esgotou, ironicamente, no dia 22 de abril de 2011.

Próximo slide, por favor. Mas, essa omissão do Estado, e aqui falo o Estado, não estou me referindo à ente especificamente nenhum, mas na história do petróleo, ela não é recente.

Próximo slide. Essa questão dos royalties, e é bom saber, nesta Casa, que existem muitos entes dos royalties que foram lesados com essa política que tinha antes da ANP, essa curva rosa (mostra gráfico) era o valor do petróleo de mercado e aquela curva azul era o preço de referência sobre o qual se pagava royalties. Ou seja, a diferença entre o rosa e o azul foi o que deixou de ser pago a esses entes que se beneficiam do royalty. Depois da ANP você pode ver que essas curvas andavam paralelas. Então, essa aqui é um exemplo clássico de que o Estado tem a obrigação de intervir quando tem alguém levando benefícios indevidos. E nesse caso foi a Petrobras, inegavelmente foi a Petrobras.

Senhores, essa brincadeirinha aí deu 1.6 bilhão de perda para os entes beneficiários dos royalties.

Próximo slide. A questão do gás natural é outra situação que nós, ainda hoje, pagamos o preço, porque a política do gás natural, no passado, não tinha uma relatividade econômica, e nós ficamos dependentes, inclusive, do gás da Bolívia, por causa de reconhecer o esforço que a Petrobras tem feito para produzir mais gás natural.

Senhores, a questão da solução desse apagão é política. Todos os esforços institucionais já foram feitos, técnicos. Não há mais o que fazer, a não ser que essa política seja sancionada pela presidente da República. Que a Petrobras assuma, perceba a dimensão social desse projeto e libere os campos que ela retém, ainda que produtivos, ou pelo menos que poderiam ser melhor produzidos, para que isso se materialize.

A lógica disso é favorável. Aqui na Bahia nós vemos isso. Nós tínhamos um parque muito eficiente, um parque metal-mecânico, que se fechou no CIA por conta de uma má gestão de uma política industrial.

Próximo slide. Para esse discurso eu sou otimista. Há 15 anos que estamos com essa situação e cada momento me surpreende e me fortalece. Essa iniciativa de hoje, saio



daqui fortalecido para mais uma etapa dessa discussão, porque sei que agora temos aliados que vão atuar na causa dessa dificuldade, que é a gestão política disso aqui.

E aqui trago, para finalizar, um pedido de apoio também para encampar essa luta do Dr. Haroldo Lima. Estivemos nesta Casa no dia 22 de março de 2004, portanto há 7 anos e meio. Haroldo Lima foi convidado para participar de uma sessão como essa, pelo deputado Javier Alfaya, e ele, com seu espírito transparente, nos confidenciou, naquela sessão, que estava tranquilo, porque havia um compromisso da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, com relação à liberação desses campos pela Petrobras. Quem tiver interesse, essas são as notas taquigráficas públicas, é só pedirem. Ela assumiu o compromisso com ele de que iria se aliar a esse projeto de liberar esses campos.

Então, senhores, eu concluo dizendo que é preciso que tenha uma articulação política para que possamos levar essa visão, que acho que já é comum à sociedade brasileira, de que nós estamos desperdiçando recursos nobres em regiões pobres.

Muito obrigado.

(Não foi revista pelo orador.)



1955-I

Ses. Esp. 30/09/11

Or. Daniel Almeida

Campos Marginais de Petróleo e Gás Natural.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado federal Daniel Almeida.

O Sr. DANIEL ALMEIDA:- Quero cumprimentar o deputado Álvaro Gomes e dizer da minha alegria em ver a preocupação que ele tem de trazer para esta Casa um debate sobre tema tão importante, tão significativo e atual que é o petróleo, especialmente a exploração dos poços maduros, marginais, tão importantes para a Bahia.

Cumprimento o diretor geral da ANP, nosso sempre deputado Haroldo Lima, para quem esse tema é quase uma paixão. Ele fala disso com ênfase, com profundidade. Sei que ele tem apenas mais dois meses e pouco à frente da Agência Nacional do Petróleo e fará todo o esforço para uma solução adequada em torno desse e de outros temas relacionados ao petróleo no Brasil.

Mas, mesmo não estando como diretor geral, não deixará de sustentar essa bandeira e a sua força política, suas relações construídas na sociedade brasileira, no governo, seguramente se manterão e ajudarão no bom desfecho em torno dos temas relacionados ao petróleo no Brasil, especialmente, esse tema específico.

Cumprimento a ABPIP, a Appom, todos os demais membros da Mesa, o professor Doneivan, que fez, aqui, uma exposição técnica, com bastante elementos, a respeito desse tema específico.

Já foi dito aqui que esse é um tema que interessa profundamente à Bahia e, especialmente, ao Nordeste brasileiro. É um tema nacional, mas é do Nordeste brasileiro, da Bahia, especialmente, porque é aqui que está o maior número de poços maduros e que podem ter um impacto, uma repercussão maior. Depois da Bahia, vêm Rio Grande do Norte e Sergipe. Portanto, é quase que circunscrito ao Nordeste esse tema.



Estava-me lembrando aqui, Haroldo, que temos uma estrutura lá, na Câmara dos Deputados, que funciona com alguma regularidade, que é a bancada do Nordeste. Ela se reúne quase todas as semanas para tratar de temas relacionados ao interesse do Nordeste.

Vou procurar o deputado Gonzaga Patriota e sugerir a ele que façamos uma reunião da bancada do Nordeste para aprofundar esse debate.

O que significa isso: exploração de petróleo no Nordeste brasileiro? O que significa não ter ofertas de novos blocos para o Nordeste? Que impacto a não assinatura dos contratos da 8ª rodada produz para o Nordeste e para a Bahia?

Não é possível que deixemos passar investimentos que podem chegar a R\$ 600 milhões. Mas investimentos diretos só com o bônus, não é isso? Já me falaram de R\$ 150 milhões para uma região como a Bacia de Tucano, que tem tanta pobreza, tanta carência de investimentos. Eu não conheço outro projeto que possa levar para essa região investimentos dessa monta, com os impactos, os resultados que isso provocará para o nosso Estado da Bahia.

Esse tema temos debatido e já levamos ao ministro, já conversamos bilateralmente com vários setores. Mas é preciso, talvez, tratar de forma mais ampla e publicamente.

A Bancada do Nordeste pode oferecer um espaço adequado a esse tema. É uma sugestão que eu queria deixar aqui, até porque esta iniciativa do deputado Álvaro pode se multiplicar em outras Assembleias Legislativas do Nordeste. Podemos articular com o Ceará, que tem interesse, com Minas, que também pode se agregar, já que boa parte do seu território está circunscrita na área territorial da Sudene, portanto, do Nordeste.

Sei que não é um tema fácil. Tentamos discutir esse assunto algumas vezes. Quando se debateu a legislação a respeito do Pré-Sal, propusemos, negociamos e aprovamos uma emenda para reconhecer as especificidade dos campos marginais. A Petrobras vai se beneficiar da chamada devolução de óleo equivalente, autorizar a ANP a receber e fazer os leilões dos poços marginais. Então precisamos fazer uma legislação que reconheça a especificidade desse setor. A pequena atividade, a pequena empresa tem legislação específica em todos os setores, então não é possível que no setor de petróleo não se faça esse reconhecimento.



Ninguém aqui quer diminuir nem cercear os grandes investimento que estão sendo feitos na área de petróleo, de gás, de biocombustíveis no Brasil. O papel da Petrobras é inquestionável, insubstituível. Aliás, reforçado com as atribuições que recebeu na legislação referente à exploração do Pré-Sal. Mas o petróleo tem uma dimensão muito abrangente, há espaço para todos, cabem todos os setores; contempla a pequena atividade, as empresas independentes. Devemos buscar um ambiente político para construir isso.

Concordo com a tese de que esse assunto é fundamentalmente político. A sociedade precisa tomar conhecimento e criar as condições para a tomada de uma decisão política em torno desse tema. E assim se consiga gerar emprego, dinamizar a economia, distribuir renda em municípios com índices de desenvolvimento tão dramáticos. Essas localidades poderão ter um suporte importante e fundamental com a exploração de petróleo nos chamados campos marginais.

Sofri bastante, viu, Haroldo, quando fizemos aquela emenda. Fomos mal-entendidos, politizaram o tema, o discurso era de que isso geraria milhares de desempregos pela Bahia afora. Era como se estivéssemos retirando a Petrobras desse processo. Ora, é exatamente o contrário, é construir parceria. Aliás, a Petrobras sabe fazer isso muito bem. Faz parceria com todos os setores da química fina, da petroquímica, da infraestrutura nas áreas de energia, exploração, plataformas. Enfim, há todas essas associações. E quer preservar isso como? Para quê? Não dá para compartilhar? É necessário se construir um ambiente de parceria.

Sofremos muito, mas temos convicção sobre esse tema. Nossas convicções não modificaram. E os dados levantados aqui hoje nos dão mais certeza de que é preciso construir um ambiente político que favoreça avançarmos nesse tema. Queria me associar a esse esforço, que é da ANP, que é do Haroldo Lima, que é desta Assembleia Legislativa, dos parceiros que estão à Mesa, que elaboram na academia, que constroem em um ambiente econômico. E devo dizer que lá no Congresso estamos com as portas abertas, com o mandato à disposição para caminharmos juntos em busca de uma boa solução para esse assunto.



Já que houve concordância, tendo em vista as manifestações dos que estão compondo a Mesa, em relação à Bancada do Nordeste, vamos providenciar contanto com essa Bancada para reproduzir esse debate lá na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado pela oportunidade. Parabéns, Álvaro, pela iniciativa. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)



1956-I

Ses. Esp. 30/09/11

Or. Geraldo Queiroz

Campos Marginais de Petróleo e Gás Natural.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Geraldo Queiroz, da *RedePetro*.

O Sr. GERALDO QUEIROZ:- Inicialmente, gostaria de cumprimentar a Mesa na figura de Álvaro Gomes parabenizando-o por essa iniciativa; o deputado Daniel Almeida, o nosso querido Haroldo Lima, demais autoridades aqui presentes e os senhores empresários.

Estou aqui representando a *RedePetro Bahia*. A *RedePetro Bahia* é uma associação de pequenas e médias empresas que participam da cadeia de petróleo e gás. Então, nós estamos extremamente envolvidos com toda essa discussão, inclusive porque somos hoje cerca de 60 empresas, mas poderemos ser 300.

Acho esse momento extremamente importante, inclusive, a Bahia pode aproveitá-lo e criar história. Porque é o seguinte: no mundo todo, hoje sabemos, estamos acompanhando, há uma grande crise e isso tem muito a ver com o que estamos discutindo aqui. Porque os estudiosos da academia acenam que um dos motivos, um dos problemas da crise, além de inúmeros outros, é o que eles estão chamando de “teoria da porosidade” que, em linhas gerais, traduzido para nós pessoas comuns, é mais ou menos o seguinte: o desenvolvimento econômico mundial, o desenvolvimento tecnológico, acenou para que os grandes setores da economia fossem conduzidos única e exclusivamente pelo grande capital. Só as grandes empresa é que podem, de fato, atuar na área do petróleo, na área do saneamento, nas grandes pesquisas espaciais, etc. Só que isso aí fez com que surgissem o que está sendo chamado de “porosidade”, pequenos núcleos nos quais o pequeno capital, realmente, não tem como dar respostas, não tem como acessar.

Ora, estamos vivendo isso em termos de um laboratório vivo aqui no Estado da Bahia, diante de tudo que já foi dito a respeito dos nossos campos marginais, dos nossos poços inativos, por diversos motivos. Primeiro, porque a Bahia é o cenário e foi onde começou a exploração do petróleo *on-shore* no Brasil inteiro. Segundo, por termos sido os



primeiros, somos os que mais temos campos maduros e poços inativos. Terceiro, nós também, como herança, temos uma qualificação de pessoal que, hoje em dia, por critérios profissionais já estão aposentados, mas que têm todo um *know-how* e toda uma condição de retomarem as atividades se foram devidamente motivados.

Então eu diria para os senhores o seguinte, em termos internacionais, em termos macroeconômicos, poderemos utilizar como argumento a necessidade de dar um exemplo, até para a economia, de como as pequenas e médias empresas podem atuar nessas porosidades, esse é um ponto.

O segundo ponto, isso o mundo todo já sabe há muito tempo, a teoria econômica já prega desde que ela existe, todos nós sabemos, que a criatividade, ou seja, o poder de inovação, independente da geração de emprego e outros fatores, está nas mãos dos pequenos e médios empresários. Então, não podemos ter um setor tão dinâmico como é o setor do petróleo e gás sem uma participação mais efetiva e consequente dos pequenos e médios empresários, porque eles são criativos.

Ora, a Petrobras, ou as grandes empresas, podem até argumentar que para trabalhar esses campos, esses poços, torna-se necessário grandes pesquisas e que elas também têm condições de contratar os melhores técnicos do mundo, os melhores cientistas, para darem as respostas, etc. Tudo isso é verdade. Tudo isso tem sido feito. Só que sabemos que há uma diferença muito grande entre você contratar *experts*, contratar técnicos, contratar cientistas, para darem respostas aos seus problemas e você ter ali diretamente um pequeno e médio empresário que aquilo ali é a vida dele.

O que a Petrobras, o que as grandes empresas, podem ter como parceiros não é apenas o conhecimento técnico, mas ela vai passar a ter cérebros com capacidade empresarial que vão buscar soluções técnicas para colocarem em produção poços que hoje não são viáveis.

Então é preciso aproveitar essa experiência que nós temos, todo o pessoal que atua na área de petróleo e gás que está aposentado, hoje pode dar uma contribuição muito grande e voltar à atividade, e nós precisamos mobilizar os pequenos e médios empresários para essa atuação.



Um outro fator também que considero da maior significância pode ser observado em nível técnico. Apenas para dar um exemplo e ilustrar a situação. Imaginemos um poço da Petrobras que produz 10, 20, 30, 40 mil barris-dia, se a Petrobras precisa numa operação simples fazer uma limpeza desse poço, passar uma broca que custe 200, 300, 500 mil reais, um trabalho desse tipo, evidente que aquela broca vai ser usada uma vez, não vai ser usada duas vezes, porque se ela romper lá embaixo, embora a probabilidade seja pequena, o tempo que o poço vai ficar parado é muito grande, não justifica. Então, aquilo fica encostado.

Estou dando o exemplo da broca para chegar a todos os demais materiais que estão aí; esse material que não tem confiabilidade para trabalhar devido à possibilidade de defeitos técnicos e paralisar grandes produções, é um material que pode ser reaproveitado e utilizado de uma forma fantástica nesses poços que têm produções menores. Se essa possibilidade existe em outros países, como vimos aqui, se os Estados Unidos que são nossa referência em termos de desenvolvimento tecnológico e avanço econômico, mesmo com os problemas que estão existindo agora, nós sabemos que precisamos mudar um pouco a referência, mas se eles são referência, por que lá é possível ter a exploração de petróleo pelo pequeno, médio e até micro empresário, e por que nós não conseguimos?

Para não ficar repetitivo, porque muita coisa foi dita, gostaria de sugerir à Mesa, ao deputado Álvaro Gomes e ao nosso querido Haroldo Lima, que fosse constituída uma comissão técnica, uma equipe para elaborar apenas um pequeno documento que fosse um modelo de contratação ou de parceria da Petrobras e das grandes empresas exploradoras de petróleo com o pequeno e microempresário. De forma que tornasse viável isso juridicamente dentro da legislação brasileira, das concessões que são feitas para que não haja aquele sentimento, que me parece ser também uma das grandes dificuldades de repassar esses poços, que a Petrobras ou uma outra grande empresa qualquer estaria transferindo os seus recursos para terceiros. Que isso não ocorra, que exista uma parceria em que o pequeno e médio empresário passem a correr riscos naquela exploração e possam, conjuntamente com a experiência da Petrobras, com o suporte que ela possa dar, colocar esses poços novamente em funcionamento para que nós tenhamos os ganhos econômicos e sociais.



Essas são as preocupações da RedePetro Bahia, de nossas empresas, e nós estamos dispostos a nos juntar também com todos vocês nesse esforço de reativar esses poços e realmente colocá-los para funcionar e gerar riqueza, porque eles estão praticamente parados e impossibilitados de fazer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



1957-I

Ses. Esp. 30/09/11

Or. Haroldo Lima

Campos Marginais de Petróleo e Gás Natural.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Esta sessão está sendo transmitida ao vivo e, após o término, vamos pegar as fitas e reproduzi-las para que os setores interessados possam participar desse debate que estamos fazendo aqui.

Agora, vamos ouvir o Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima, que fará um pronunciamento e uma avaliação sobre a situação que estamos debatendo aqui.

O Sr. HAROLDO LIMA:- Deputado Álvaro Gomes, quero saudá-lo e a toda a Assembleia Legislativa e os políticos baianos pela iniciativa que teve. V.Ex^a tomou uma iniciativa que me parece muito importante. O debate está sendo muito produtivo, realçando o significado do tema que está sendo discutido não só para o Brasil, mas para o Nordeste e também para a Bahia.

Quero saudar algumas pessoas que estão aqui presentes não só na Mesa, mas no Plenário, vejo aqui a prefeita Justina Carvalho, da prefeitura de Catu; o vice-prefeito de Mata de São João, Marcelo Oliveira; a secretária da Agricultura de Entre Rios, Bahia, Maria Tereza; Crinaldo, que é o diretor de divisão da prefeitura de Itanagra; o assessor técnico da FIEB/BA, Maurício Pedrão, Dr. Jonas Fonseca, gerente de exploração do IBP, Instituto Brasileiro de Petróleo, e também os Drs. Marcelo Magalhães e Paulo Buarque, que aqui representam a ABPIP, Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo.

Há nesta sessão representantes do setor universitário, como os professores Doneivan Ferreira, que nos fez uma brilhante exposição ainda há pouco, e Paulo Araújo, coordenador de Graduação em Engenharia Ambiental da Unifacs.

O Dr. Francisco Carlos Carvalho, diretor da Dax Oil, os representantes da Severo Viagens, Cláudio Gonzales, da WDT, Sr. Josean, e da RedePetro, o qual acabou de falar, Dr. Geraldo Queiroz. Temos ainda presentes o diretor da Braserv Petróleo, João Pedro, e Luiz Gavazza, que representa a Bahiagás.



Eu queria fazer uma saudação especial aos meus colegas da Agência Nacional do Petróleo. Está aqui o Dr. Edson Silva, assessor da diretoria geral da ANP, o superintendente Paulo Alexandre Souza e a Dra. Isadora, que representa os técnicos daqui do escritório de Salvador, além de outros técnicos aqui presentes.

Eu tenho uma apresentação a fazer e vou fazê-la, mas venho à tribuna e não podia deixá-la abandonada assim, sem uma razão. Então, levando em conta também que algumas coisas que foram ditas aqui significaram uma certa provocação de alguma resposta ou opinião, resolvi, antes de apresentar a minha exposição específica sobre os campos marginais, fazer alguns comentários sobre determinadas coisas faladas nesta sessão

Devo dizer que o setor do petróleo vive um momento glorioso no Brasil. Como conjunto, vive até um momento áureo, pois tudo cresce no setor do petróleo. A partir da descoberta do Pré-Sal, descortinamos um horizonte extraordinário. Ficamos num certo momento até meio ofuscados com tanto esplendor, tanta grandiosidade! E estamos nos preparando para enfrentar essas questões.

O setor do petróleo realmente cresce, e não só na produção. Já foi dito aqui que ela está chegando a cerca de 2,2 milhões de barris por dia. Estamos chegando a participações especiais em *royalties*, já ultrapassamos a cifra dos 25 milhões no total, o que está dando razão a essa grande discussão no Congresso Nacional sobre como vai ser essa distribuição dos *royalties* e de participações especiais agora por diante, com a perspectiva do que virá aí da cessão onerosa que foi dada à Petrobrás e do próprio Pré-Sal.

Em síntese, muitos problemas de crescimento. Nós não enfrentamos crise porque as coisas estão andando mal, caindo. Não é isso. É bom vermos que o nosso País é gigantesco, o 5º do mundo, e as coisas têm certas feições regionais. O Pré-Sal corresponde a 149 mil quilômetros quadrados situados lá no Sul brasileiro, na beirada do Rio de Janeiro e de São Paulo, por ali, no final do Espírito Santo. Dois por cento das bacias sedimentares brasileiras - o Pré-Sal - estão ali localizados. É uma coisa extraordinária! Mas o Brasil tem o Nordeste, o Norte, a Amazônia, o Centro-Oeste, o próprio Sul, e não sei quantas bacias como Parecis, Tocantins, Acre, Solimões, Foz do Amazonas, Recôncavo, e por aí afora vai! Então,



como ficamos no restante? O restante tem que ter... Não pode ficar apenas olhando as glórias do Pré-Sal!

As glórias do Pré-Sal são glórias do Brasil, e a discussão que se está tendo no Congresso Nacional é justamente nesse sentido. Nós alertamos que a Constituição brasileira diz que o que está no subsolo é propriedade dos brasileiros como conjunto, razão pela qual os frutos do petróleo e do pré-sal devem ser não apenas do local onde ele está, mas de todo o Brasil. É esta discussão que está havendo lá, da qual o deputado Daniel Almeida está participando entusiasticamente.

Tudo bem, o pré-sal é nosso; é correto, mais especialmente também de outros, porque ele não está situado propriamente no Nordeste, muito menos no Norte do Brasil. E nós, aqui do Nordeste e do Norte, temos também no setor do petróleo alguns problemas específicos dos quais devemos tratar. Devemos quem?

Eu acho que deve ser tratado pelos políticos, pelas autoridades, os empresários e os trabalhadores que são interessados no desenvolvimento das suas regiões, pois irá trazer emprego, aumento de rendas etc.

Ora, eu penso que algumas das questões levantadas mostram que o Nordeste não está sendo bem visto nas discussões sobre o setor do petróleo. As discussões estão sendo orientadas excessivamente, quase exclusivamente para a temática do pré-sal. A temática do pré-sal é a mais importante do Brasil. Não se tem qualquer dúvida com relação a isso. Mas, e o resto do Brasil? E o resto das bacias?

Exploração de petróleo é um processo concreto. Se não são incorporadas novas áreas em exploração, as áreas vão diminuindo e correm o risco de diminuir excessivamente. Estamos sem incorporar áreas novas no processo exploratório brasileiro há três anos. Significa que aquele gráfico que foi exibido aqui, da ANP, mostra que a área da exploração está decaindo.

Temos historicamente uma certa média de 320 a 350 mil km², em que, em geral, está a exploração. Quando começa a cair, e cai necessariamente como aqui foi mostrado, porque, ou se descobre petróleo na área de exploração e ela passa a ser área em produção e



deixa de ser de exploração, ou não descobre petróleo. Aí, ela é devolvida à ANP e deixa de ser área de exploração.

Então, a área de exploração tem uma vida. Necessariamente, ela deixa de ser área de exploração. E, para não sucumbir, é preciso incorporar novas áreas de exploração, através do mecanismo da licitações periódicas que são feitas pela ANP.

Na medida em que isso não é feito, ocorre esse fato que está nos preocupando. A área em exploração que era, historicamente, em torno de 320, 350 mil km², como acabo de dizer, está baixando de 200, repita-se, já está baixando de 200. E se não ocorre nova licitação em um prazo curto, pode-se chegar ao menor nível de área exploratória dos últimos anos do Brasil, o que é contrastante com este momento fulgurante em que estamos vivendo no setor do petróleo.

Por que deixar decair uma área exploratória tão grande? Por causa do pré-sal? Sim, mas, e o resto do Brasil? E na bacia do Parecis, no Tocantins, no Parnaíba e no Recôncavo? Como será com aquele pessoal? Ficar sempre esperando o pré-sal, os louros do pré-sal? Do pré-sal hão de sair recursos para o fundo social e o fundo social há de financiar educação?

Tudo bem. Mas isso tudo é um pouco lá para a frente. E a atividade propriamente aqui na nossa região? Acho que o que os senhores aqui levantaram está relacionado a duas questões: é essa questão de campo marginal; e a é essa questão da oitava rodada.

Quero dizer aos senhores, com toda sinceridade, que estou de acordo, em geral, com tudo que aqui foi dito, especialmente de acordo com uma observação: que do ponto de vista do Nordeste, da Bahia, essa é a questão-chave.

Eu acho que a Bahia está um pouco ausente desse processo. As autoridades estão um pouco ausentes desse processo. Não vemos um anseio, um grito, um fervor, um ardor, uma exigência para resolver essa questão. Não se vê isso. Isso não está colocado.

O que vemos aqui agora, e batemos palmas, é a iniciativa do deputado Álvaro Gomes em trazer essa discussão para cá. Vamos discutir o assunto. Será que não tem importância? Se não tiver, abandonamos. Mas, se tiver, temos que resolver. Por que não vamos resolver este assunto? É um assunto menor? É menor para o grande, mas para nós ele é grande, significativo.



Falo também como baiano. Constrange-me, na posição em que me encontro de diretor-geral da ANP, verificar que a força para se enfrentar essa questão é débil. Não é uma força significativa, é pequena.

Para ser muito sincero, acho que é pequena quase que de ponta a ponta. A gente não vê? Vê exceções, vê coisas assim como Doneivan. Fazer essa exposição como Cássio Olívio e etc, são sócios significativos desse terreno. Sócios significativos do pessoal da ABPIP, da Appom. São organizações, no fundo, independentes, relacionadas com a tentativa de alterar esse quadro.

Mas a gente não vê, por exemplo, as grandes instituições empresarias brasileiras metidas nesse assunto com força. Devo dizer que já fui, bati à porta da Confederação Nacional da Indústria para fazer uma exposição sobre isso e fiz. Foi saudável, bom, mas ficou por aí. Não teve consequência. Na FIEB, a mesma coisa. A Federação das Indústrias da Bahia, também bati à porta e etc, conversei e ficou um pouco por aí.

A universidade também não é uma coisa que ecoa forte. Como disse o deputado Daniel também há certas tentativas de reinterpretar o problema negativamente. E uma coisa que é absolutamente positiva e vem ao encontro do anseio, do desenvolvimento, em particular, do pequeno e do médio, do estado pequeno e das regiões empobrecidas do Brasil. Esse anseio, de repente, é interpretado, sabe-se lá com que intenções, como se fosse uma fê negativa para empobrecer o estado. Nós estamos querendo emprego, querendo revitalizar as áreas, como é que é isso mesmo?

Quero dizer aos senhores presentes que fico solidário com esses pontos de vista. Tenho levantado, copieei aqui, salvo engano, foi Paulo Buarque que levantou essa questão da oitava rodada. Quero dizer aos senhores que o que foi dito aqui é verdadeiro. Foram feitas dessa região de Tucano Sul 40 ofertas, dessas 40 ofertas, 28 foram arrematadas. O deputado Álvaro Gomes me perguntava e eu disse: esse assunto é um assunto já resolvido, só falta assinar. Não há muita discussão a ser feita não. Já foram arrematados, já há 14 consórcios que são vitoriosos, desses 14 consórcios há 4 propostas vitoriosas que são exclusivamente da Petrobras, há mais 9 propostas com a Petrobras, ou seja, dos 28 arrematados, 14 blocos são em consórcio com a Petrobras. Há diversos que são blocos com consórcios com empresas



brasileiras que estão crescendo, que estão querendo crescer, que tem o direito de crescer, elas são brasileiras e estão aqui no Brasil e aqui no Nordeste brasileiro. E como disse o Daniel aqui, que eu tinha lembrado para ele, é isso mesmo. Diminuiu um pouquinho, Daniel.

Na verdade, do programa exploratório mínimo, desse grupo que já está acertado, há 157 milhões previstos. São contratos assinados com a ANP que é extremamente rigorosa no acompanhamento do contrato. De tal maneira que aquele dinheiro a ser investido tem prazo determinado. E nós controlamos os prazos, e se os prazos não são cumpridos a multa é grande, pode significar até a tomada da área. Do ponto de vista da empresa, ela não tem o interesse em sonegar. Ela tem o interesse de correr atrás do prejuízo para ver se descobre o petróleo. Esse é que é o problema da empresa. Ela não quer ali ficar amaciando, deixando passar o tempo, não tem interesse nisso. Não é essa a sua visão objetiva.

Então, acho que num caso concreto, precisaríamos aqui do ponto de vista da Bahia examinar isso, porque a ANP precisa receber a autorização do Conselho Nacional de Política Energética para dizer que está autorizado a assinar, e resolva-se o assunto. Isso é uma coisa que se faz assim, vamos dizer, em 24 horas. Se estão achando que está demais, então vamos dizer uma semana. Em uma semana eu resolveria isso. Não há maior problema.

Meus amigos, isso aí é a introdução. Agora vamos a minha apresentação ali.

Obrigado. (Palmas)

Muita coisa já foi dita, por isso pretendo não me repetir.

Como alguém aqui falou, os conceitos são legais. A portaria da Ministério Público 279 estabelece o conceito de campo marginal. Do ponto de vista da MP, é o campo que tenha a produção de 500 barris. Também tem o campo marginal para gás natural, até 70.000 m³, e se não tiver um escoadouro por perto, vai até 150.000 m³.

Quero fazer uma referência, embora já tenha sido dito, sobre a experiência internacional. Nos Estados Unidos e Canadá, as chamadas companhias independentes, que são essas que chamamos de pequeno e médio produtor de petróleo, têm um importante papel. Dados de 2005 dão conta de que nos Estados Unidos havia 23 mil empresas de exploração de petróleo. É claro que em 23 mil empresas, a ampla maioria, que eles chamam de independentes, são empresas pequenas e médias. As margens, na melhor das hipóteses, são



algumas poucas dezenas. A *Esso*, a *Shell*, a *Atlantic*, *Texaco*, contamos nos dedos, e quando chegar a vinte, já estão faltando novas empresas desse porte.

Essa ampla maioria é de empresas pequenas. Uma realidade semelhante existe no Canadá, com mais de 2.200 empresas também pequenas. Elas são responsáveis por mais de 300 mil empregos nos Estados Unidos. Às vezes são milhares dessas empresas pequenas, estão lá a pessoa, com sua mulher, filho, cunhado, genro, esse pessoal forma o seu grupo, isso numa empresa pequena, menor de todas.

É claro que em meio a 23 mil, tem empresas que são de porte grande para Brasil, mas não se comparam às grandes multinacionais do petróleo, às grandes petroleiras. Produzem 40% do óleo produtivo nos Estados Unidos, dependendo do seu conceito; referindo-se a empresa menor, isso chega a 20%.

Em 2008, existiam nos Estados Unidos 375 mil poços considerados marginais. Centenas desses poços produzem de dois a cinco barris de petróleo por dia, outros produzem até vinte barris por dia. É claro que tem alguns que produzem 400 barris, 500 barris, 1.000. Mais de 500 já não é, para o nosso conceito, poço marginal.

No campo de Lula, que é o ex-Tupi, já existe um poço que está produzindo 37 mil barris por dia, um poço num campo. Isso é uma grande produção. Produção de 40, 50, 70, 100, 200, 300, como dito aqui, são todas marginais.

No mesmo ano de 2008, foram produzidos de gás nos Estados Unidos, aproximadamente... O gás vai enriquecer o problema, mas também amplia muito o nível informativo.

Para entender melhor essa questão do campo marginal, na MP tivemos o cuidado de olhar onde havia essa experiência, e enviamos pessoas para os Estados Unidos e Canadá para fotografar, ver como se organizam. Vejam o que conseguimos ver

(Referindo-se ao *slide*) Isso é em meio a uma plantação; aqui é a *Pizza Hut*, ao lado da pizzeria tem uma empresa exploradora de petróleo marginal; aqui temos construções civis, armazéns, e está aqui a produção de petróleo marginal.



Reparem que é possível plantar arroz e em em canto próximo ter a produção de petróleo. Ali são produzidos 14 barris de petróleo por dia, que em termos de Nordeste é uma empresa de porte médio. E dá emprego.

Fizemos uma viagem para uma feira internacional só de produtores marginais, mostrando que o negócio tem importância lá fora. As pessoas que estão aqui, Edson e Paulo, que estiveram lá, ficaram encantadas. É uma feira internacional com muita gente, com produtos e equipamentos relacionados à exploração de campos marginais.

Aqui há uma vista de um poço marginal próximo a um aeroporto. (Segue)

Aqui é uma subestação elétrica para servir a 6 poços que estão atrás. (Segue)

Mesma coisa. Uma cerca de proteção.

Esse é o primeiro fato. E agora farei uma apreciação sobre a questão do Brasil.

Aqui digo: A base objetiva da indústria independente do Brasil.

Temos condições de fazer alguma coisa semelhante aqui no Brasil? Nos Estados Unidos tem, no Canadá em outros lugares têm, mas aqui tem condições de ter?

Campos em terra e em mar no Brasil.

Em campos em terra e mar temos 217 campos. Às vezes esses dados estão desatualizados, devendo haver uma diferença de mais ou menos 20 campos a mais. Estamos provavelmente com 237 campos em terra. A ordem de grandeza e o significado global não foram alterados.

Em terra são esses de azul forte. Em mar são esses; esses são os campos que existem (Mostrou as reservas no slide).

Então 6% das reservas terrestres estão naqueles 157 campos e em torno de 90% das reservas terrestres estão nos 60 campos. Se pegarmos a reserva total, distribuição de reservas totais, será visto que nesses 60 campos, nos campos totais brasileiros, excluindo-se aqueles 157 têm esse azul das reservas, e aqui tem um tracinho pequenininho que é o que tem de reserva naqueles 157 campos. Isso mostra que os 157 campos tem 0, 6 % das reservas brasileiras de petróleo. Então é uma coisa absolutamente insignificante comparado com isso aqui que é quase a totalidade. E não está entrando o Pré-Sal.

Quando o Pré-Sal entrar, tudo isso ficará ainda mais “jogado por terra”. (Segue)



A base objetiva.

O número de campos de reserva aprovado de menos de um milhão de barris: Alagoas tem 5; Amazonas tem 1; Bahia tem 37; Ceará tem 1; Espírito Santo tem 38; Rio Grande do Norte tem 44. (Segue)

A base objetiva.

Produzindo somente 10 mil barris por dia esses campos responderam em 2009 por 0,6% da produção nacional de petróleo, o que significa uma produção chamada marginal.

Esses campos tinham 23 milhões de reservas, nada mais do que 0,18% das reservas totalizadas em dezembro de 2009.

Objetivos a serem atingidos: contribuir para o desenvolvimento de áreas menos favorecidas no Nordeste brasileiro. Esse seria o primeiro objetivo. E essa coisa não anda muito porque não interessa a São Paulo.

Outro dia me perguntaram na televisão – por sinal, criou um certo probleminha: “Por que não se resolve essa história da oitava rodada?” Respondi: “Porque não é São Paulo. Se fosse, já estaria resolvido, não tenho nenhuma dúvida”. Mas como é a Bahia... O pessoal daqui nem sabe direito das coisas, ninguém faz pressão, então não resolve. Qual é a pressão forte, substancial? Não tem. Portanto acabou a história.

Outros objetivos: incentivar a expansão de atividade de produção de petróleo e gás natural por empresas de pequeno e médio porte; incentivar o desenvolvimento local de atividade – aqui o Doneivan mostrou como, localmente, isso desencadearia uma rede de restaurantes, bares e vários outros serviços; reabilitar as jazidas petrolíferas inativas; aumentar a arrecadação de impostos e tributos para os setores públicos regionais – localmente, isso seria um desencadeador de novas fontes de tributos; acrescentar mais empresas petrolíferas de pequeno porte no cenário; utilização de bens e serviços; geração local de postos de trabalho.

Não vamos subestimar isso. Longe de ser uma medida que vai gerar desemprego, até porque, como foi dito aqui, o pessoal já está desempregado por causa dessa subutilização enorme desses campos. Na hora da revitalização dessas iniciativas, ocorrerá o emprego.



Determinação das práticas de produção em áreas terrestres; introdução de mecanismos regulatórios específicos para o pequeno operador, etc.

Os esforços que foram feitos para isso. A própria Petrobras esforçou-se no sentido de fazer, em 2000, leilões internos. Foi daí que surgiu a PetroRecôncavo. Depois houve o primeiro leilão da Petrobras, surgindo a PetroChina, etc. Até que a ANP fez a sua primeira e segunda rodadinhas, sobre as quais falarei um pouco.

Na primeira rodadinha tínhamos 17 áreas. Quando apresentamos essas áreas, que são pequenas, algumas pessoas disseram: “Será que o pessoal vai se interessar?” Pois bem, ao abrirmos, havia mais de 100 empresários brasileiros se inscrevendo para adquirir essas 17 áreas. No momento desse leilão, eu liguei para o ministro e disse: “Ministro, há mais de 100 empresários brasileiros interessados em arrematar uma dessas 17 áreas. São 17 para 100, muito pouco. Posso anunciar que iremos fazer uma segunda rodada?” Ele respondeu: “Pode anunciar”. Na hora eu anunciei que iríamos fazer uma segunda rodada.

Alguns deles estão aqui, são pequenos e médios produtores no setor de petróleo. Esse pessoal tem de organizar. Devem encontrar pessoas que entendam de petróleo; arrumar um escritório; fazer os estudos; pagar isso; pagar aquilo; são muitas despesas. De repente, eles não têm onde trabalhar, porque a base do trabalho dessas empresas é a exploração, é a revitalização daquele setor, é a ampliação dos seus trabalhos.

Você trabalhar sem perspectivas de crescimento é contrário à natureza das coisas. Você não pode entrar num trabalho, realizá-lo e ao término perceber que acabou, que não tem mais o que fazer. Na verdade, você tem que fazer o trabalho e, ao seu término, arrematar uma outra área para continuar crescendo. Caso não exista essa perspectiva, o setor não pode crescer. Ele é desprestigiado.

Foi realizada a segunda rodadinha, e nós só tivemos 14 áreas.

Entrou em pauta fazer a terceira rodadinha. Mas as áreas que a ANP tinha em mãos eram muito diminutas, pequenas. Então, nós ficamos em dificuldade. Estamos insistindo com o pequeno e médio empresário brasileiro, Álvaro, no sentido de que entrem nessa linha, vão em frente, arrematem, nós vamos ajudar. Se dermos uma área muito ruim, insistirmos para o pessoal entrar, o pessoal entra e não dá certo? E aí resultado, são capitais menores,



brasileiros, nós vamos levar esse pessoal à frustração e ao prejuízo. Então resolvemos não fazer a terceira rodadinha, porque não tínhamos condições, porque não achamos boas áreas, não vamos vender uma ilusão para o pessoal. Sentimos que era necessário, mas nós não tínhamos aquela disponibilidade.

Aqui é um slide que mostra a produção dos campos arrematados nessas rodadinhas, mostra que todo mundo que arrematou o campo, terminou tendo sua produção, as vezes pequena, 47 barris, mas estão produzindo, estão procurando se situar.

Aqui está uma comparação entre a produção do pessoal. Aqui não é a Petrobras, mas são empresas brasileiras de certo porte e as empresas pequenas. A escala aqui está diferente, então aqui não se pode comparar o verde com esse azul, não, mostrando que o verde, a despeito de todas as dificuldades, está crescendo. Então, cresce o grande e cresce também o pequeno. Por que, não? Resolvemos levantar os problemas que os empresários do setor diziam para nós. O pessoal nos procurou e disse: “está muito bem, mas está tendo um problema complicado. Tem isso, tem aquilo e tem aquilo outro.”. Nós começamos a arrolar quais são os problemas. São esses problemas que acho que precisávamos discutir, para resolver, são problemas da Bahia, fundamentais para o desenvolvimento da Bahia, do Nordeste.

O nosso problema básico neste instante não é como explorar o pré-sal. Isso aí não tem nenhuma empresa na Bahia que tem a mínima chance de olhar de perto o pré-sal. Então vamos tirar o cavalinho da chuva. Isso aqui sim: licenciamento ambiental. Está havendo problemas aqui na Bahia, mais na Bahia do que em outros lugares do Brasil. Vamos ver direito o que é isso. Licenciamento ambiental para o pessoal começar a trabalhar. Tem que ter licença ambiental? Mostrei que lá nos Estados Unidos como é: no meio de uma roça de arroz o pessoal está explorando. Eu ficava olhando assim, Jonas, se fosse aqui no Brasil que tivesse uma roça de arroz e a ANP fosse pedir licença ambiental para fazer uma exploração ali, dariam? Era difícil, no meio de uma roça de arroz. O pessoal ia matar arroz todo. Não mata o arroz, você cerca uma certa área e segue em frente.

Fornecedores de bens e serviços, também é complicado. Disponibilidade de mão-de-obra qualificada, descarte de água, especialização de petróleo, aspectos contratuais, falta



de oferta de áreas para contratação. Essa é a questão central, falta de oferta de áreas. Nós não temos áreas para ofertar e o pessoal poder trabalhar. Há outros problemas como o custo do conteúdo local, a imposição legal de percentual mínimo, isso tudo são coisas que podem ser resolvidas.

Aqui também são aspectos produtivos, estrutura de mercado dependente das grandes empresas, carga tributária elevada, dificuldade de acesso e etc.

Esforços governamentais. Eu queria acentuar uma vitória que tivemos, que aqui já foi acentuada, que é o art. 65 da Lei nº 12.351, que foi aprovada com o forte apoio da ANP que participou da articulação desse artigo, com o apoio forte do pequeno e médio empresariado brasileiro que queria colocar isso, como colocamos na lei. O Poder Executivo estabelecerá políticas e medidas específicas, visando o aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás no Brasil. Depois diz que isso vai ser feito em 120 dias. Isso foi colocado na lei e foi uma vitória importante nossa. Aqui foi dito: os tais 120 dias passaram, parece que venceram 18 de abril coisa semelhante. Leve em conta que diante dessa situação a ANP passou a trabalhar junto com o Ministério de Minas e Energia - MME no sentido de estabelecer essa tal política e medidas específicas, resolvemos fazer proposições concretas. Tudo isso foi levado ao Conselho Nacional de Política Energética, sendo aprovado pelo Conselho antes de vencer os 120 dias. Então, estávamos dentro do tempo. O problema é que isso ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

Essa reunião deliberou a oferta permanente de áreas em seis meses. Em seis meses a ANP receberia a manifestação de interesse e, ao final do período, abriria uma licitação. Então, quem mostrasse interesse por uma determinada área, iríamos registrar o interesse e em seis meses, para toda a área que tivesse alguém interessado, mesmo que fosse um só, nós faríamos uma licitação. Isso é importante, seria uma coisa fundamental.

Depois, criou-se um comitê técnico e um grupo de trabalho para acompanhar o desenvolvimento do negócio e também a discussão de áreas para licitação etc.

Linha de financiamento. Deliberou-se que se tomariam medidas para ter acesso à linha de financiamento e se adequar o Repetro - Regime Aduaneiro Especial de exportação e



importação de bens destinados à exploração e à produção de petróleo e gás natural, que é um tipo de regulamento que beneficia a importação de equipamentos por parte de grandes empresas, como a Petrobras. Grandes empresas que queiram importar equipamentos importantes para servirem para a exploração e produção podem importar com vantagens fiscais importantes, significativas através do Repetro.

E o pequeno, ele não pode importar? Ele também não se beneficiaria do Repetro?

Foi acertado isso. Temos que adequar o Repetro para beneficiar o produtor independente, para que ele também possa importar seus equipamentos com vantagens.

Finalmente, a adequação do contrato de concessão. O que é isso? Todos os concessionários brasileiros que atuam no setor de petróleo assinam um contrato com a ANP. Só que esse contrato foi feito – e vem sendo reformulado o tempo todo. Agora mesmo estamos fazendo novas reformulações – tendo como matriz, como pensamento básico as grandes empresas. Anos atrás ninguém imaginava que tinha esse negócio de pequena empresa. Primeiro, que anos atrás só havia uma empresa, que era a Petrobras.

Quando se extinguiu o monopólio estatal do petróleo e passaram a vir outras empresas, também eram grandes, como a Shell, a Esso, que são empresas internacionais. E as brasileiras que entraram também eram grandes.

O contrato não previa obrigações nem direitos para pequenos, para grupos independentes. Agora que queremos incentivar esse setor seria importante adequarmos o contrato de concessão. Na realidade, deveríamos fazer um outro contrato específico para esse setor, porque ele não precisa ter as obrigações, as exigências que o Estado brasileiro precisa fazer em cima do grande. Mas faça em cima do grande, do pequeno, não.

Aqui no Brasil, no Nordeste é que se criem condições para o pessoal poder se desenvolver mais.

Recentemente, a ANP deliberou disponibilizar em seu sítio na internet as informações públicas sobre todos os campos de petróleo e gás existentes no Brasil. Faremos isso em relação a todos os campos. Porque, às vezes, alguém dizia que um ou outro campo não estava dando, não estava produzindo. Então, vamos trazer à tona tudo o que sabemos e está condensado na ANP para que o povo brasileiro veja, observe.



Por outro lado, numa primeira etapa resolvemos disponibilizar as informações básicas a respeito de diversos campos pequenos que existem aqui, pelo Nordeste brasileiro, em particular na Bahia. Daqui, do Recôncavo, já está disponibilizado. E todas as vezes que alguma empresa, olhando essas informações, procurar-nos e manifestar interesse em explorar ou revitalizar algum campo, abriremos uma licitação específica para aquele campo, para aquela área pequena etc.

Essas são as áreas da Bacia do Recôncavo que já estão na nomeação. São 17 áreas, os dados delas já estão lá.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-02****Ses. Esp. 30/09/11**

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a exposição do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima, já estamos no processo de encerramento. Queria dizer que a Assembleia Legislativa, ao realizar esta sessão especial, dá a sua contribuição para este debate de grande importância. Vamos continuar discutindo e debatendo este tema, até porque o Estado da Bahia é um dos mais interessados na exploração dos campos marginais, que não pode ficar da forma como está. É preciso que avancemos efetivamente rumo ao desenvolvimento estadual e à geração de emprego e renda. Aquilo que couber a esta Casa será debatido com o governo baiano para que possamos avançar.

Por tudo isso, quero agradecer as presenças do deputado federal Daniel Almeida, do diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, que veio fazer esta discussão com muito interesse, pois não é fácil deixar as atribuições da agência para vir aqui; do seu superintendente de Desenvolvimento e Produção, Paulo Alexandre; do presidente da Appom, Normando Paes, e do seu diretor executivo, Anabal Santos; dos secretários executivos da ABPIP, Paulo Buarque Guimarães, e da RedePetro, Geraldo Queiroz; do professor de Economia de Petróleo do Instituto de Geociências da UFBA, Doneivan Ferreira; do diretor do IBP, Jonas Fonseca; do professor Paulo Araújo, também da FTC, que deu uma grande contribuição à organização desta sessão especial; e de todos os presentes aqui nesta manhã de sexta-feira.

Enfim, agradeço realmente pelas presenças de todos e todas. E, em nome do Poder Legislativo do Estado da Bahia, declaro encerrada a sessão.